

A midiatização jornalística do dinheiro apreendido: Das fotos furtadas à fita leitora

Por: Antônio Fausto Neto

Doctor en Semiótica - Profesor e investigador UNSINOS - Brasil

Sumario:

Los hechos no son registros que llegan a los periódicos y sobre los cuales los periodistas tienen soberanía, pero resultan de construcciones complejas que pasan por estrategias de ámbitos no periodísticos, aunque se valgan de las "lógicas de la mediatización" para inscribirlos socialmente. Es el caso de la noticiabilidad del dinero confiscado por la Policía Federal, orquestado por la fuente y los periodistas, y que es dinamizado por otros campos sociales en medio al silencio sobre las operaciones hechas. Otra enunciación * la cinta * revela la incompletitud de los procesos mediáticos de producción de sentidos y también otra historia, que sólo se sabe después...

Descriptoros:

discursos periodísticos, producción periodística, enunciación, sentidos

Summary:

The facts are not registries that get to newspapers and regarding which the journalists have sovereignty, instead they are the result of complex constructions that pass through strategies of non-journalistic settings, although they use the "logics of media" to inscribe them socially. It is the case of the news about the money confiscated by the Federal Police, planned by the source and the journalists, and dynamized by other social fields in the silence about the operations that took place. Another enunciation * the tape * also reveals the incompleteness of the mediatic processes of production of senses and also another history, that is only known later...

Describers:

journalistic discourses, journalistic production, enunciation, senses.

* Palabras-chave: discursos jornalísticos, produção jornalística, enunciação, sentidos

A construção do mundo começa em uma versão e se conclui numa outra.
Nelson Goodman

1. Considerações Introdutórias

A Polícia Federal, como as estaduais, sempre divulgou ou permitiu fotos de dinheiro, armas, drogas, etc, apreendidas em suas operações (...) Por que, então, anda tratando como grave escândalo a divulgação pelo delegado Edimilson Bruno, de fotos de um monte de dólares e reais apreendidas com petistas? (...) Beira o ridículo alguém afirmar que as fotos têm importância crucial, superior a dos fatos - principalmente se esses ninguém desmente. (Fatos e Fotos. Luis Garcia. O GLOBO, 20/10/2006)

O texto acima é parte do comentário de uma coluna do jornal O GLOBO, sobre a reação do campo policial à atitude de um dos seus quadros funcionários, em divulgar imagens para jornalistas, na forma de fotos, do dinheiro apreendido com petistas. Reúne, exemplarmente, duas questões, enquanto fundamentos sobre a produção da noticiabilidade. A primeira, é a ratificação do ponto de vista de que o jornalismo está à mercê dos fatos e que estes, independente das circunstâncias que os envolvem, são, por natureza, soberanos. A segunda, naturaliza o ato de divulgação, como se o mesmo não

tivesse sido engendrado por um complexo processo de condições de produção envolvendo fontes e jornalistas em "un 'juego' complejo de estrategias y de tácticas y que lo hay que comprender es el juego mismo y el modo en que los jugadores lo juegan es decir, el proceso del manejo del poder en la era de los medios." (CHARRON apud ETTEMA, 1998, p.87)

Reflete-se aqui sobre as condições que geram a midiatização das imagens e fotos do dinheiro apreendido, adotando-se uma hipótese distinta das referências sobre as quais se nutrem as convicções jornalísticas. Os acontecimentos são tessituras complexas, e na sociedade marcada por elevados processos de midiatização, se engendram muito além das próprias fronteiras do jornalismo. Seus fluxos de produção, circulação e de recepção estão subordinados e dispostos à uma complexa rede de dispositivos e uma teia de relações entre campos, afetados por lógicas, regras e operações do próprio trabalho da midiatização.

Os fatos transcendem a produção jornalística, desencadeiam-se em estratégias de diferentes campos sociais, o que não significa que o jornalismo esteja à mercê dos fatos, e seja apenas uma espécie de um 'discurso segundo', mediador de outros discursos. Há uma nova modalidade de interação entre os campos sociais, particularmente, caracteri-

zada pela tomada como por empréstimo, por parte de outros campos, de regras do trabalho jornalístico, e que são apropriadas, como condições de produção, para a geração dos novos processos de noticiabilidade. Ou seja, os dispositivos que preparam os sentidos não habitam apenas o campo jornalístico, mas se estruturam como efeito de operações discursivas, mentais e culturais, conforme outros campos, colocando-se como 'pontos de contatos' para a construção de estratégias de reconhecimentos.

A natureza da finalidade do trabalho do jornalismo, a oferta da atualidade, parece escapar das fronteiras dos *habitus* deste campo. Em decorrência do avanço dos processos e da afetação das lógicas e cultura da midiatização sobre o funcionamento das práticas de diferentes campos sociais, ocorrem alterações cruciais no trabalho de midiatização jornalística. Roubam-lhe, assim, a 'posse' sobre certas operações e regras com as quais institui a construção da realidade. Estas, sendo apropriadas por outros campos sociais, possibilitam que os fatos tenham, assim, formas de existência, de funcionamento e de legitimidade. Além disso, ensejam câmbios cruciais nas relações entre os âmbitos das fontes e o campo jornalístico propriamente dito.

Refletindo outrora sobre o conceito de notícia, Darnton fixava nos limites da cul-

tura jornalística as possibilidades de sua construção. Nos dizia, dentre outras coisas, que a emergência da notícia seria uma consequência da subordinação dos fatos a um certo conjunto de regras e de operações intrínsecos ao trabalho de produção jornalística. Formulava a definição de notícia: 'tudo o que couber a gente pública'. Chamava atenção para a possibilidade de existência da notícia como decorrência da sua permeabilidade por estruturas ou regras de produção no próprio trabalho jornalístico. (DARNTON, 1990).

Tais considerações representam um avanço em relação às convicções jornalísticas mais clássicas que atribuíam aos fatos uma soberania sobre a 'maquinária jornalística'. Vê-se neste pensamento o reconhecimento do jornalismo como uma prática social regida por certos postulados internos à cultura desta matriz de produção de sentido. Avizinha-se deste ponto de vista, aquele formulado por Mouillaud, quando elege como elemento explicativo para a produção da notícia, o conceito de dispositivo, enquanto matriz que impõe sentido aos textos. (MOUILLAUD, 1997, p.31)

Mas tanto um autor como outro, situam, com leituras diferentes, o lugar de centralidade do próprio jornalismo como se o trabalho de produção de sentido feito por ele, pudesse se realizar equidistante de 'feixes

de relações' externos, bastando-lhe apenas os encaixes e regras internas, inerentes ao seu processo. Tais percepções são típicas da sociedade midiática, quando o jornalismo, de fato, se constituía num campo específico, e cuja tarefa era, dentre outras, a de superintender as interações dos demais campos sociais, pela ação de suas competências tecno-discursivas (Rodrigues, 2000). Nestas condições, detinha certa autonomia para gestação e gestão dos fatos, retirando-os das zonas que buscavam sombreá-los com interpretações restritivas. Hoje, diante do impacto da sociedade da midiatização enquanto uma nova ambiência a produção jornalística se realiza através de dispositivos de produção de sentido mais complexos, alguns dinamizados do seu interior, mas outros já apropriados por outros campos sociais. Trata-se de um processo relacional gerado, e com o qual a midiatização interage, concedendo ao campo jornalístico a ampliação da sua condição de um 'dispositivo de codificação' (Bourdieu, 1990). Ou seja, permite-lhe realizar complexas operações que dão forma à própria sociedade e, particularmente, elementos para a inteligibilidade da vida e dos processos sociais. Permanecem operações restritas ao seu universo, que assim tem a capacidade de organizar o funcionamento de realidades distintas, e cujas referências dominantes

são suas estratégias de produção de realidades. Estando as práticas sociais em relação umas com as outras, significa dizer que o processo de produção do acontecimento se realiza num mundo em que diferentes dispositivos técnicos, culturais e discursivos se afetam e se co-determinam, uns pelos outros. Especialmente, as afetações decorrentes das lógicas e da cultura de midiatização.

Os modos através dos quais a midiatização estrutura a ambiência e as práticas sociais condicionam as condições e os processos de constituição, circulação e recepção dos acontecimentos. Trata-se de relações complexas, uma vez que a sociedade contemporânea, nas suas mais distintas práticas, organiza o seu modo de ser tendo como referência a existência da cultura mediática. "*Una sociedad en vías de mediatización es aquella donde el funcionamiento de las instituciones, de las prácticas, de los conflictos, de la cultura, comienza a estructurar-se em relación directa con la existencia de los medios.*" (VERÓN, 2001, p.15)

2. O manifesto, apenas o lado visível

Não saberia pensar estas questões apenas de um modo totalmente teórico. Para tanto, recorro aos fatos, aos processos como os mesmos são manejados entre campos, como deles se ocupam fontes e jornalistas,

pois do processo de descrição dessas complexas operações poderá resultar, ao invés de crenças, uma atividade de compreensão sobre o funcionamento e os efeitos de novos processos de midiatização jornalística.

A midiatização capilariza a vida e as práticas das instituições para além do ambiente midiático, não se pode descrevê-la como um todo, mas sim, a partir do caso, de fragmentos de manifestações de suas processualidades e das manifestações de suas operações.

Recentemente, em agosto de 2006, refletimos sobre tais questões quando analisamos a midiatização do manifesto do PCC transmitido pela Rede Globo, segundo estratégias que envolveram o seqüestro de jornalistas, e que tinham como meta a transmissão de sua mensagem no Fantástico. Ali, apontávamos para o fato de que a veiculação se constituiu apenas no lado visível de um processo complexo, permeado por várias operações que, engendradas pelo próprio PPC, indicavam, de modo didático, a autonomia que o campo externo ao jornalismo apresentava para manejar e se apropriar de determinadas regras, enquanto regras de produção de sentidos, inerentes ao trabalho enunciativo jornalístico. Mas, o próprio fluxo do acontecimento chamou atenção para o que apontávamos acima sobre a não passividade do discurso jornalístico. Ao

receber o vídeo para exibição, a Rede Globo realizou operações de edição, descartando a abertura da fita por conter mensagens de incitação à violência. Outros mecanismos se destacaram apontando, inclusive, para uma 'interação' atípica entre "fonte" e "repórter". Como é sabido, o jornalista sequestrado vira uma espécie de "consultor", opinando sobre a redação do texto do manifesto que depois seria divulgado pela TV Globo. (Fausto Neto, 2006).

3. Do furto à veiculação das fotos: o dinheiro em 3 movimentos

a) 1º Movimento: Furtando e editando as imagens

Vivia-se em setembro, às vésperas do 1º turno, a tensão da prisão dos assessores petistas, com "montanhas de dinheiro", num hotel em São Paulo. Os discursos jornalísticos e políticos reiteravam a necessidade das fotos apreendidas serem mostradas, sob os mais diferentes argumentos. Era preciso tirar as imagens da guarda policial e da custódia jurídica, e lançá-las no território da circulação. Se a apreensão já era um fato, este, segundo tais lógicas, tinha que ser desdobrado, e quem poderia gerar esta operação de visibilização das fotos, seria o trabalho de midiatização. Recorde-se que novos processos de leituras e de produção de sentidos dependem sempre das transfor-

mações de objetos em novos objetos pela mediação do trabalho discursivo. Nestas condições, é que o assunto, a existência do dinheiro, não posto à prova do olhar dos interessados, está no meio das interdiscursividades dos diferentes campos sociais. Políticos pressionam o estado pela prova material do crime, sob a alegativa de que "o povo deve ver as fotos", afirma Heloísa Helena (Estado de São Paulo, 01/10/06). O campo jurídico, contrapõe-lhe novos sentidos: "Vocês querem saber sobre as fotografias? O interesse do Ministério Público por elas é zero. O que nos interessa é que haja apreensão das cédulas e que sejam descritas no laudo da perícia", diz o Procurador da República. (Folha de São Paulo, 27/09/06)

Os discursos midiáticos entram na cadeia pró-dinamização dos sentidos e lembrando processos investigativos outros, nos quais a imprensa esteve no centro, sugerem "Sigam o Dinheiro" (Merval Pereira, O Globo, 30/09/06).

Em meio à uma cadeia metonímica, na qual vários interdiscursos sobre este assunto se cruzam e se disputam, em 28 de setembro, um delegado especial da PF tem acesso ao dinheiro apreendido e, em condições misteriosas, saca com uma câmera digital imagens do dinheiro, reproduzindo 23 fotos armazenadas em um disquete. Mas sua estratégia não se tratou apenas de,

assegurado o acesso, reproduzir as fotos. Além de cuidados mecânicos, pôs em ação o tirocínio midiático, uma vez que seu trabalho visava, como fim, a veiculação das fotos com a operação mediatizadora se iniciando ali mesmo. Desenvolve-se em várias ações: a preparação do modo de como as imagens seriam capturadas (*'Eu fiz juntar num malote só'*, diz o delegado, reunindo-as em expressivo volume). Estava de olho no montante, e, sobretudo, nos efeitos da circulação das imagens, por isso reuniu-as em expressivo volume. Como medida preventiva, suprimiu referências das instituições existentes, fixadas sobre os volumes, que se mantidas serviriam, inevitavelmente, como pista. Ao organizar os volumes das cédulas pensou nas edições dos jornais e nos telejornais, "logo mais à noite", e não poderia deixar de fora a migração dos materiais para campanhas de candidatos, como ocorreu com a inserção das imagens no programa de Alckmim. Ao lado desses cuidados, o delegado pensou também na estratégia de divulgação. Como explicar a existência do material, fazer a passagem dele da esfera policial para a dimensão pública, fazê-lo circular no campo dos *medias*? Para fazer essa passagem de um lugar a outro, era preciso construir uma versão explicando seu modo de acesso às fotos. A primeira delas, dizia que as fotos haviam desaparecido e

vazado para a imprensa. Conecta-se com jornalistas. Elege-os como seus cúmplices, entre silêncios e subordinações. Com eles co-construiu um fato, o desaparecimento do disquete. E sobre a versão armada sobre o vazamento disse, depois: "fui eu mesmo que fotografei e estou passando para vocês."

b) 2º Movimento: Estratégia de circulação
Como as operações do delegado tinham em mente a midiática das fotos, ele dá seqüência a sua estratégia construindo, desta feita, o processo de veiculação das imagens. Reúne-as em um disquete matriz e convida jornalistas, a quem oferece esta cópia, para ser reproduzida em disquetes também por ele fornecidos para os repórteres, além de uma cópia a ser encaminhada para Rede Globo ("Isto aqui ó é pra TV Globo (...) Tem alguém da TV Globo aqui, da tevê, para eu entregar isso daqui?", pergunta)¹. Não se trata de uma simples entrega, a exemplo do que fazem os porta-vozes, quando chamam os jornalistas para *briefings* ou entrega de *press releases*. Além de anunciar a existência das fotos, mostra-as devidamente copiadas, reunidas no disquete, explicando seus conteúdos: "Aqui tá a gravação de todo o dinheiro que tá no BC, de todo dinheiro que tá na Caixa Econômica (...) Aqui eu fiz juntar num malote só... e tem a foto desse malote". E inicia, a seu modo, um determinado pro-

cesso prévio, e à distância, de edição do material. Instrui os jornalistas sobre procedimentos a serem adotados para que as imagens saiam dali para a mídia impressa, radiofônica e televisiva, com garantias de veiculação: (*Esse aqui é original [referindo-se ao disquete]. Vocês precisam trazer umas cópias de volta (...) Vocês têm que trazer isso antes do meio dia, vocês têm que ir em algum lugar tirar cópia(...) Você não pode divulgar isso até as seis tarde?, pergunta, e diante da negativa do repórter, explica: "Porque isso aí, alguém que roubou e deu para vocês. Isso aí só vai sair amanhã...)*. Impõe o pacto de cumplicidade sem reações dos jornalistas à sua versão. Diz para os repórteres: "Vou confiar em vocês. O que vai aparecer? Que alguém roubou e vazou na imprensa... Alguém que roubou e deu para vocês", com o que concorda uma jornalista: "Tá". Entrando na cumplicidade da "estratégia", os jornalistas não se diferenciam "do lugar do proponente" e passam mesmo a co-gerar os argumentos que dissimulariam a versão do furto. "O senhor fez um report do que foi furtado?", pergunta um repórter. Ao que o delegado responde: "Não, eu agora estou desesperado. Vai chegar à tarde, para o superintendente, apavorado, vou falar: 'doutor, me furtaram, tô com medo que isso vaze.' Retruca uma jornalista: "É legal porque vazou para a imprensa inteira." Mas, contrapõe o delegado inserindo os

jornalistas num universo de suspeição: "Eu falei com os repórteres. Eles estão levantando para mim. Ninguém sabe de nada, mas eu tô desconfiado. Sabe como é, não dá para confiar em repórter. Não dá mesmo". Firmado o pacto, o delegado faz a escolha da mídia onde quer divulgar seu material furtado. Diz: "Eu preciso divulgar para uma tevê" perguntando se tem alguém da Globo ali. Diante da resposta afirmativa, pondera que não seja o Tralli (César Tralli), porque ele "está muito visado". Quer privilegiar a Globo e evitar o monopólio. "Vocês vão ser honestos comigo. Sabe por quê? Não pode divulgar para um só, que vira aquele furo que só um tem, aí vira fonte única". Diante da ponderação, há uma superoferta de inserção, jornal da meia noite, etc; o delegado tem as escolhas na cabeça: "Não, tem que sair hoje. Não, tem que sair no Jornal da Globo, no primeiro horário. Não pode sair é tarde(...) Tem que sair no Jornal Nacional. Se for o SBT, Ana Paula Padrão(...) Tem que entrar no jornal logo no primeiro horário da noite, não pode chegar agora e sair no Jornal Hoje". Recebendo garantias da inserção, reage: "Então não preciso me preocupar com a Globo e nem com a Band". "Pode ficar sossegado", asseguram os jornalistas. Mas insiste nas razões da midiática: "No primeiro horário da noite, não no último, porque eu vou fazer o alarde". Porque eu quero que o povo todo veja, enten-

deu? Porque me tiraram (...) Ninguém veio me chamar para tirar foto (...) Peguei eu mesmo, fotografei e estou passando para vocês (...) Havia, inicialmente, denegado, mas confirma a sua condição de autor da operação e cedente dos materiais.

c) 3º Movimento: Efeitos do dispositivo: a imprensa é voraz...

Desencadeada pelo dispositivo de produção de sentido policial, mas já submetida aos processos midiáticos, a estratégia entra em sua fase de circulação, quando as mídias põem em marcha suas estruturas para dinamizar o objeto (as fotos), impondo-lhes, através de processos de tematizações, outros sentidos. Aí se passa para um outro trabalho discursivo acoplado ao objeto a outras estratégias, impondo-lhes novas inteligibilidades. O dispositivo jornalístico não estando à mercê dos fatos, faz avançar sua ação interpretativa para que os sentidos não fiquem à deriva.

A cobertura em 30/10/06 registra o aparecimento do dinheiro. Como num toque de magia, "apareceu o dinheiro" (JB); "Fotos mostram dinheiro do dossiê" (FSP). Descreve, de forma naturalizada, que as fotos *apareceram* (O Globo); *foram divulgadas* (Jornal do Brasil), *vazaram* (Extra). Atribui o fato a uma decisão da PF, que, efetivamente, não houve: "A Polícia Federal abriu um segredo

que o governo Lula mantinha guardado a sete chaves - a imagem da montanha de dinheiro". Registra que o material divulgado pelos jornais (as fotos) foram passadas em sigilo aos jornalistas (FSP, A309), mas não diz, contudo, autoria da entrega. A matéria de uma das repórteres que esteve com o delegado (Lilian Christofoletti), diz apenas o que contem o CD distribuído, descrevendo o seu conteúdo, como as cédulas estão organizadas, e numa referência ao delegado, ratifica a versão por ele autorizada - a sua versão de que 'o CD com as fotos havia sido furtado de sua sala na PF e que ele estava sendo injustamente acusado de ter repassado o material a jornalistas.' No lugar de qualquer referência sobre a cessão das imagens, as notícias divulgadas neste dia trazem o seu primeiro desmentido, e dá-se voz ao próprio delegado (suspeito), que diz: "Eventualmente foi um furto. Eu não sei. Vão apurar (...) Essas fotos sumiram do meu arquivo pessoal (...) Não sei quem foi o autor do crime, mas não fui quem distribuiu o CD (...). Não perguntem a mim, eu não faço a segurança do prédio (...)" (Tribuna da Imprensa, 30/09/06 e 01/10/06).

A mostragem das fotos era avidamente desejada pelos atores dos campos político e midiáticos, prontos que estavam para emprestar-lhes novos sentidos, adequados ao processo político. Colunistas se juntam

à "cadeia metonímica" e põem em marcha discursos, que visam, a partir das fotos mostradas, produzir novos sentidos. A coluna Panorama Político assinada por Tereza Cruvinel, de O Globo, afirma: "Nesta altura, aquela imagem a do dinheiro é uma informação e o acesso a ela é constitucionalmente garantido a todos os cidadãos. Caberá a cada um julgar se o fato é estranho a campanha e se afeta seu voto." (O GLOBO, p. 2. RJ, 30/09/06).

Gerado pelo delegado, o trabalho de produção/circulação e um certo estágio de recepção do acontecimento, desencadeia em seqüência, sua inevitável tematização. Antes, pedia-se a mostragem, depois aponta-se para o "vale-tudo" do processo eleitoral (Extra, 1ª Página, RJ, 30/12/06). Também inevitáveis julgamentos: "*O dinheiro apreendido não tem ainda sua origem determinada, mas pelo menos tem existência comprovada visualmente, permitindo que o eleitorado faça uma idéia do tamanho da ilegalidade que seria cometida (...). Tamanho empenho em proibir as imagens só pode ser motivado pelo receio de que os fatos que vêm se acumulando nas últimas duas semanas levem a eleição para o segundo turno*" (Merval Pereira, O GLOBO, p.2, 30/09/06). E, finalmente, na véspera mesmo do 1º turno, atos de setenciamento. Em duas colunas, 'As aparências não enganam' (Dora Kramer, ESP A10 SP, 30/09/06)

e em 'Coisas da Política' sob o título de "O país dos Mentirosos", Ana Maria Taha (JB A2, 30/09/06), anuncia-se os culpados: Na primeira, "*confirmam-se as previsões de que essas tentativas de esconder o impossível de ser ocultado mais cedo ou mais tarde explodiria no colo do governo, exatamente como a bomba do dossiê (...). A depender das ações para 'apurar o vazamento' das fotos, o governo ampliará a sua formidável folha corrida de complicações político-policiais*". (ESP, A10, SP, 30/09/06). A segunda, mais enfática, decreta: "*(...) Agora chega-se ao produto do espetáculo de todas essas histórias de carochinha. O mestre. O presidente-candidato, Luís Inácio Lula da Silva (...). Um professor da arte de jogar suspeitas para o lado adversário*." (JB A2, 30/09/06).

Da galeria de culpados, escapa o delegado. Suas virtudes não são avaliadas, pelo "mente analítica" da mídia jornalística, porque afinal de contas o trabalho que faz, operando sob postulados da midiáticação, não pode ser colocado em causa. Muito pouco o noticiário e nenhum colunista esmiúça esta história, restando apenas o trabalho analítico sobre a própria mídia e que foi feito em sites e blogs independentes. A história da arquitetura deste processo de midiáticação é pouco refletida, certamente porque suas aparências, não podem ser captadas. O processo é naturalizado, mas ganha valor quan-

do a moeda é posta em circulação, e quando esta é mostrada diretamente subordinada a um determinado processo de produção.

Ao estranhar o alarido que se fazia sobre as fotos, porque os fatos eram indesmentíveis, as interrogações jornalísticas sobre reações em torno da divulgação das fotos, não levaram em consideração as condições nas quais o acontecimento se construiu, especialmente, o envolvimento de jornalistas com o seu engendramento. Mas, os fatos não estão á mercê dos próprios fatos e, nem tão pouco apenas das rotinas e dos valores-notícias jornalísticos. Além destas aparências, que também enganam, a construção da noticiabilidade passa por processos muitos complexos que escapam ao controle da redação, tornando-se, muitas vezes, refém de outros controles, por razões voluntárias, ou não.

Há uma "outra cena" para além da racionalidade do processo de produção jornalística e que dele independe, mas dele se apropria para afetá-lo no coração mesmo dos fundamentos e das operações que caracterizam seu trabalho de construção da realidade. Esta "outra cena" são ações midiáticas des-envolvidas pelo delegado e que tornam as fotos também importantes na medida em que seu trabalho significativo lhe investe de valor, provendo-lhe de determinados sentidos, antes mesmo que tais ações ingressem

no âmbito da circulação social. Se o dinheiro (furtado) e apreendido é um fato e dele resultam fatos que passam a ser, inevitavelmente, vinculados a sentidos, também, o trabalho de mostragem das fotos gera como sentido, a inevitável transformação das mesmas em um fato específico. Não apenas a prova de existência material do dinheiro, associando-se a um possível crime. Mas há um outro fato que é naturalizado, para não dizer quase silenciado, pela enunciação jornalística. É o relato das condições de sua fabricação, espécie de dispositivo através do qual se daria a descrição sobre a gênese de um certo modo de dar existência ao dinheiro, na forma de fotos. Os sentidos relativos à sua referência somente viriam a dar forma a este produto, se fosse levado em conta o trabalho ou o dispositivo sobre o qual se apoiou seu relato. No caso, a fita que contém a gravação, que foi silenciada, numa espécie de esquecimento, mas que resistiu ao 'desconhecimento' que lhe foi imposta pela cadeia de produção de sentidos do trabalho policial e jornalístico. A fita faz emergir outros sentidos, para além dos sentidos das aparências.

4. Notas Finais

Este caso, assim (mal) tratado pelos dispositivos interpretativos do jornalismo, certamente poderia alimentar matrizes literárias,

caso ganhasse os caminhos, por exemplo, da ficção, às voltas com o tema da produção de sentidos sobre crimes. Fez-me lembrar os efeitos de um texto de Poe (A carta Roubada) sobre a interpretação psicanalítica, território no qual se meditou sobre ele, enquanto referência sobre a problemática do sentido. Lá, Jacques Lacan, autor de um ensaio sobre o assunto, tomava o modo de instalação de uma carta, em um certo contexto para explicar os processos de produção de sentidos e suas errâncias. Fala-nos da circulação de uma carta, que flutua de uma primeira a uma segunda versão, processo este que impede que destinatários e interessados tomem conhecimento do seu significado, a não ser conteúdos provisórios derivados do próprio processo de deslizamento da carta. Com o exemplo, procurava mostrar que os sentidos são operações mais complexas do que operações lineares e consciencialistas, pois se organizam em meio a mecanismos aos quais ficamos à deriva uma vez que seu modo de funcionar impede que sentidos possam ser nomeados ou de fato capturados, segundo o que achamos.

Estamos em meio a um caso cuja estratégia preconiza o estabelecimento de sentidos, naturalizando outras. O processo que envolve as fotos de sua captura à sua mostragem envolve outra lógica de sentido, na medida em a ação em torno da qual se organizam as

operações está impregnada por um sentido definido a priori premeditado, e que lhe foi atribuído por um jogo arquitetural de fundo policial-midiático. Se no primeiro caso, os sentidos da carta derivam, neste caso das fotos, os sentidos previstos pela lógica do seu próprio trabalho de produção/circulação, desdobram-se também em novos significados por força da ação de uma cadeia interpretativa dos campos sociais (midiáticos e políticos).

Este caso desenvolve-se em torno de duas operações. Na primeira, o delegado, co-auxiliado por jornalistas, tem o controle sobre o trabalho de sentido realizado, na medida em que as etapas de produção, circulação e recepção são manejadas por suas operações. Nelas, a intencionalidade com que se move a estratégia, se efetiva, pois, no primeiro momento o delegado toma as operações midiáticas como condições de produção de suas ações, e no segundo momento, o campo midiático as desdobra, gerando novos sentidos. Na segunda operação, ocorre a efetiva perda do controle da estratégia inicial, uma vez que algo do processo produtivo a fita com o diálogo entre jornalistas e delegado ficou *sobrando* e tomando outros rumos no processo de circulação de sentidos. Se, por um lado, as intenções do delegado "de fazer a socieda-

de saber", parecem se realizar, por outro lado, constata-se que a fita *esquecida* pelos jornalistas faz saber a história da construção do caso em outros âmbitos, e sem o controle dos seus autores. O delegado, de sujeito, torna-se objeto, pois sua enunciação está subordinada a uma outra onde de fato sabe-se a verdadeira história da montagem da sua estratégia.

Duas operações e, conseqüentemente, duas situações enunciativas cujas conexões são desconhecidas, mas é nelas que reside a incompletude do trabalho midiático. Se certos sentidos são assegurados na cadeia interna entre agentes do campo policial e jornalístico, outros escapam, entretanto, pois seus agenciamentos são realizados pela enunciação que fica de fora deste processo discursivo. Se o delegado não sabia dela (a fita), os repórteres não fizeram menção e nem os jornais noticiaram a sua existência. Sua própria autoria é desconhecida, circulou inercialmente, mas sua existência faz sentido quando emerge em outros dispositivos como blogs e sites.

Quase um mês depois, talvez avaliando o caso em sua extensão, o delegado dizia que "a imprensa é muito voraz" (O GLOBO, p.17, 22/10/06) Não explicitava o que afirmava por voraz, mas, certamente, referia-se a dinâmica da midiática que em trabalhos ávidos produz devoramentos de outras

enunciações. Certamente, quando entregou os materiais para os jornalistas supunha que os mesmos circulassem sozinhos, contendo suas intenções, sem que nenhum outro significativo lhes produzisse obstáculo ou desvios. E que a sua verdade seria dada a conhecer. Não imaginava a intensidade da avidez situada não só nas regras jornalísticas, mas também na força do que restou como existência da estratégia, como a *fitinha abandonada*, nela, enquanto restos, existiriam sentidos que nem mesmo a produção jornalística levou em conta. Nesse resto, existiriam sentidos que nem mesmo a produção jornalística levou em conta. Seria apenas "um material de trabalho". Entretanto, tendo a fita escapado da estratégia, gera inevitavelmente a sua incompletude, na medida em que outros sentidos ali estariam, numa outra estratégia de circulação, enunciando uma outra história. Voracidade e incompletude mesclam-se: se a voracidade devora, deixa, contudo, sintomas da sua saciedade, os restos que não podem ser absorvidos. Por outras palavras, se a midiatização absorve a estratégia do delegado, enquanto versão, deixa de fora o que ela não pode consumir, a fita e seu lugar de verdade. Entre o dinheiro apreendido e o seu processo de transformação em fotos, a fita que põe à tona com outros sentidos a incompletude da operação policial midiática.

Os processos de produção de sentido são mais complexos do que podem prever, ou supor, alguns fundamentos e regras do trabalho de produção de sentidos que os campos sociais ativam em suas estratégias. Além das regras, as estratégias, e entre as duas, intervalos gerados por esses feixes de relações de sentidos sinalizando a existência de indeterminações cujos efeitos não se sabe a priori.

Nesses processos resultam sobras de enunciação a serem redinamizadas por outras estratégias, segundo outras cadeias de trabalhos de sentidos. Este caso mostra que, diferentemente de convicções jornalísticas, fatos e fotos não falam por si sós. São matérias significantes *presas* de dispositivos discursivos cuja atividade de organizá-las para serem mostradas, é voraz, mas também, incompleta.

Diferentemente do que pensa o delegado ¿que a sua estratégia faria a sociedade saber do dinheiro? nela também sobrou o que a sua enunciação escondia. Foi ao dar-se conta de que a fita contava uma outra história que ele reconheceu a voracidade midiática e a sua subordinação à sua gula. Por fim, mesmo que as estratégias jornalísticas assegurem em relação aos fatos, nos brindar com todos os sentidos acerca de sua existência, é razoável supor que tanto na situação de produção como de recepção

dos discursos, só se sabe depois um pouco a cerca delas e dos seus efeitos.

Notas

1.0 texto referente à fita gravada contendo o diálogo entre o delegado e os jornalistas trata-se de uma transcrição disponível no site viomundo.globo.com/site.php2.nome=porbaixodopano&edicao357, de Carlos Azenha.

Bibliografia

- BOURDIEU, Pierre. *Coisas Ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- CHARRON, Jean. "Los medios y las fuentes - Los limites del modelo de agenda-setting". In: *Comunicación y política*. Barcelona: Gedisa, 1998.
- DARNTON, Robert. "Jornalismo: toda a notícia que couber, a gente publica". In: *O beijo de la Mourette*. São Paulo: Companhia da Letras, 1990.
- ETTEMA, J.; PROTESS, D. Et alii. "Agenda-setting as politics: a case study of the press-public-policy connection". In: *Communication*. N12, 1991. p.75-98
- FAUSTO NETO, Antônio. "Captura privada de uma cena pública - Chico Celina e o paparazzo". In: *Os mundos da mídia: Leituras sobre a produção de sentidos midiáticos*. FAUSTO NETO, Antônio (org.) João Pessoa: Editora Universitária, 2006.
- FAUSTO NETO, Antônio. "Enunciando realidades ou os modos de fabricação da realidade midiática (A propósito de Laden, a santa e o doente)". In: *Comunicação, mídia e consumo*. São Paulo: ESPM, 2005.
- FAUSTO NETO, Antônio. "Estratégias discursivas do jornalismo de combate". In: *Ética, cidadania e imprensa*. PAIVA, Raquel (org.) Rio de Janeiro: Mauad, 2002.
- FAUSTO NETO, Antônio. "Mutações nos discursos jornalísticos: 'da construção da realidade' à 'realidade da construção'".

In: *Edição em jornalismo. Ensino, teoria e prática*. FELIPI, A.; SOSTER, D.; PICCHINI, F. (orgs.) Santa Cruz: Editora Unisc, 2006.

- FAUSTO NETO, Antônio. "¿Será que es? ¿Donde estamos? Reflexiones sobre la mediatización de un 'discurso prohibido'". In: *Anais Encontro da Rede Prosul - 'Mediatización: interfaces de sentido entre los medios y la sociedad'*. Universidade de Rosário, 13 a 15 de dezembro, 2006.
- GOODMAN, Nelson. *Maneras de hacer mundos*. Madri: Visor, 1990.
- LACAN, Jacques. *Escritos*. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio D. (orgs.) *O Jornal: da forma ao sentido*. Brasília: Paralelo 15, 1997.
- RODRIGUES, Adriano. "Experiencia, modernidade e campo dos medias". In: *Reflexões sobre o mundo contemporâneo*. SANTANA, R. (org.) Teresina: Revan, 2000.
- VATTIMO, Gianni; *A Sociedade Transparente*. Lisboa: Edições 70, 1991
- VERÓN, Eliseo. "El living y sus dobles - Arquitecturas de la Pantalla chica". In: *El cuerpo de las imágenes*. Buenos Aires: Norma, 2001.
- VERÓN, Eliseo. "Entre Peirce y Bateson: cierta idea del sentido". In: *Winkin, Ives*. Colloque Bateson. Barcelona: Herder, 1991.
- WOLTON, Dominique (org.) *Revista Hermes - Le Dispositif: Entre usage et concept*. Paris: CNRS Éditions, 1999.

Registro Bibliográfico

FAUSTO NETO, Antônio
"A midiatização jornalística do dinheiro apreendido: Das fotos

furtadas à fita leitora" en *Dossier de Estudios Semióticos, La Trama de la Comunicación, Volumen 12, Anuario del Departamento de Ciencias de la Comunicación. Facultad de Ciencia Política y Relaciones Internacionales, Universidad Nacional de Rosario. Rosario. Argentina. UNR Editora, 2007*